

são foi das mais proveitosa. Continuando citou a indiferença do Vereador Walter Soares Baidoso com o Vereador Antonio de Souza Teixeira e Ernandes Costes de Souza. Continuando disse haver mostrado o ante. projeto aos Vereadores Antonio de Souza Teixeira e Ernandes Costes de Souza, e todos estavam de acordo, dizendo que o mesmo havia sido examinado até pelo Sr. Osmani, como consultor jurídico, e esse concordou plenamente com o ante. projeto, e discordava do argumento do Vereador Walter Soares Baidoso, caso o ante. projeto fosse aprovado. Continuando lamentava a atitude do Vereador Walter Soares Baidoso, solicitando a cópia da Ata para ser lida no Brejal do Babo. Ainda com a palavra disse das punições dos funcionários quanto ao serviço, que ao seu ver, nenhuma punição lhes cabiam no caso. Nesse quinto disse da solução tomada pela Associação Comercial na questão do mandato de segurança contra a Câmara, e era mesmo contra a qualquer aumento de imposto, e não seria contra a qualquer pronunciamento da Associação Comercial. A pedido do Vereador Olimo Baidoso dos Santos, foi suspensa a sessão para ouvir os membros da Associação Comercial, que vieram para tratar de interesse da classe, quando foi feito brilhante esclarecimento aos presentes, pelo cidadão Newton Novelino. A seguir fez uso da palavra o Presidente da Associação Comercial que de início, externou o seu pensamento com relação a nova Lei que autoriza a cobrança do Alvara de Licença. Em aparte houve troca de entendimento entre os membros, quando o Vereador Jorgemel Vieira de Aguiar esclareceu bem o assunto. Para certos trabalhos, o Senhor Presidente pôs em votação as Mensagens do Poder Executivo Tivo de números 5, 6 e 7, com pareceres em conjunto das duas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento. Para encaminhar a votação, pediu a palavra o Vereador Jorgemel Vieira de Aguiar, para encaminhar a votação, que de início disse das ilegalidades das Mensagens, fazendo reparos da elaboração das mesmas, e prossequindo disse que as obras já estavam iniciadas e que na localidade de Nauquinhos, a Prefeitura possui uma área de terreno onde poderia ser construída a Escola, sem ser preciso de desapropriar outra área, acarretando despesas para a Municipalidade. Não havendo mais quem quizesse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente pôs em votação a matéria, sendo aprovada em segunda discussão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a Sessão, e marcou uma outra para o dia dez do corrente a hora regimental, do que para constar mandou que se lavrasse a presente Ata que depois de lida e submetida a votos, será aprovada e assinada na forma legal.

Manoel José de Carvalho

Cita da terceira Sessão da Câmara Municipal de Babo-Açu, em período extraordinário, realizada no dia dez de abril de 1967.

Os dez dias do mês de abril de mil e novecentos e sessenta e sete, presente os Senhores Vereadores Manoel José de Carvalho, Jorgemel Vieira de Aguiar, Emigdio Jon

Calves Boutinho, Antonio de Souza Teixeira, Walter Soares Cardoso, Luis Joaquim
 Borrea, Adail Guimarães Góes, Hermes de Araújo Ramos, Olíme Cardoso
 dos Santos, Doutor Traçoan Simenta e Bernardes Vostez de Souza. Havendo
 número legal, o Senhor Presidente assume os trabalhos e Vereador Luiz Joa-
 quim Borrea, e manda que o Senhor primeiro Secretário proceda a leitura da Ata
 da Sessão anterior que feita foi aprovada. Do expediente constou de tentativa reque-
 rimentos em "Grau de Recurso" da Associação Comercial de Cabo Frio, assinado
 por Alberto de Souza Romero e outros, os quais foram encaminhados a Comissão
 de Constituição e Justiça. Não havendo mais papéis sobre a mesa, o Senhor Pre-
 sidente franqueou a palavra, que inicialmente usou a Vereador Jorge Nel Vieira
 de Aguiar, comunicando ter recebido um relatório da Presidente da Prefeitura
 do Teatro Amador de Cabo Frio, dizendo que em seu nome próprio, congratulava-
 se com a direção da entidade e solicitou um voto de confiança aos Diretores. Con-
 tinuando abordou o caso das Escolas na cidade e mo Fiscal do Cabo, e dizia do
 concurso para o Magistério, da medida tomada pelo Senhor Prefeito, e que com
 essa medida as crianças continuavam sem Escola, e passou a enume-
 rar seus problemas com referência ao Ensino em nosso Município, e
 solicitou que fosse criado um quadro de professoras contratadas pela Prefeit-
 ura que não possuem no quadro de seu funcionalismo, professoras efetivas e pe-
 dia que fosse solucionado o problema de Educação em nosso Município. Conti-
 nuando citou o Decreto do Sr. Prefeito, apontando como vítima, os parentes que
 de CR\$ 500 (quinhentos cruzeiros) passaram a pagar CR\$ 2.500 (dois mil e seiscientos
 cruzeiros) solicitando do Senhor Prefeito medidas enérgicas pois se assim for os
 parentes terão que desistirem do ramo que tanto serve a população. Voltando
 do abordou o caso das punições dos fiscais, e dizia da atitude do Senhor Pre-
 feto em continuar punindo funcionários e, entre eles o Fiscal Francisco Men-
 des, quando elogiava a pessoa do Sr. Francisco Mendes e fazia as maiores re-
 ferências ao punido. Continuando citou o choque de uma viatura da Prefeitura e
 que não havia sido aberto inquérito e nem tomado qualquer providência, pois
 o culpado é pessoa de sua confiança, quando disse que as punições são para
 os que não estudam na barbilha do Senhor Prefeito, voltando a falar das pu-
 nições disse haver elas revertidas em "multas" com sacrificio para as famílias
 e seus filhos. Continuando falou das construções e disse do Material necessá-
 rio para se construir uma casa em nosso Município, e pedia que fosse to-
 mada uma providência por parte do Senhor Prefeito. Continuando apelou
 para a volta das bombas que faziam a linha Passagem e Bento, e dizia da
 falta de transporte dos passageiros e acusava tudo isso, o vitoriadote nomei-
 ado pelo Senhor Prefeito para fazer exame nos carros, como auxiliar de
 Inspetoria, e apelava pela volta das bombas ao tráfego na mesma linha.
 Ainda com a palavra lia artigos que proibia nomeiações sem qualquer
 publicação, e dizia da responsabilidade do Senhor Prefeito, e continuou. Os
 Tudei a Lei Tributária e estou convicto da ilegalidade do Decreto como se
 infere do Grau de Recurso impetrado pela Associação Comercial e continu-
 ou lendo o artigo noventa e sete, e prosseguia ainda citando vários disposi-
 tivos da Lei. Terminando disse que a Associação Comercial, muito tinha
 que lutar para vencer a luta, que havia travado em pró de suas reivindica-

coês, e que êle julgava com direito de defende-la, diante dos argumentos apresentados. O segundo orador Vereador Ottime Barbosa dos Santos, que de início disse haver sido procurado por uma comissão de seus colegas para dizer sobre o Decreto do Sr. Prefeito. Prossequindo respondeu que não derrubaria uma lei que vinha beneficiar o Município dizendo haver exarumado com um de seus colegas o assunto, e ainda os esclarecimentos feitos pelo Sr. Prefeito e que a matéria não tinha outra saída a não ser sua aprovação, citando várias firmas que estavam de pleno acordo com a cobrança do Alvará de Localização e não achava motivo para tanta discordia. Continuando citou a luta que travou quando da aprovação do código tributário, reduzindo para 40% e quem lucrrou foi as grandes firmas e as pequenas firmas brigaram. Continuando grandes não encabeçam o movimento por que elas seriam beneficiadas com sacrificio da classe pequena e disse que a Administração saberia aplicar bem o dinheiro arrecadado do povo. Terminando fez declaração de votos. O terceiro orador Vereador Erapoan Pimenta, que inicialmente congratulou-se com o Vereador Jorgemel Vieira de Aguiar, e toda sua Bancada. Prossequindo disse discordar da oposição e como portavoz do Senhor Prefeito no caso das Escolas, passou a ler um relatório do Inspector Escolas, nele contendo dados, categoricos da situação em que se encontrava suas dependências e, prossequia dizendo da "incapacidade" das professoras que até então lecionavam nas precarias Escolas, e concordava com as criticas do Vereador Jorgemel Vieira de Aguiar e estava de acordo com suas ideias. Ainda com a palavra, convidou a Câmara e o povo para no dia treze de novembro, irem assistir a inauguração de várias salas de aula e, citava inumeras obras de vulto no governo do Sr. Hermes Barcellos. Ainda com a palavra, dizia da confiança que tem na administração e não concordava com as criticas da oposição. Continuando citou o caso dos fiscais, punidos quando lia o Relatório e outros documentos, voltando ao assunto fiscal Francisco Mendes, fez elogio ao mesmo e se ponha ao lado do Vereador Jorgemel Vieira de Aguiar, no caso da punição do fiscal Francisco Mendes, e que fesse punido o funcionário culpado pela denúncia. Continuando disse que alguns funcionários devem ser punido por fazerem politica e critica a Administração e que o Estatuto dos Funcionários plenamente o funcionario que critica seu chefe. Ainda com a palavra citou o caso da viatura quando deu uma batida em outra viatura, defendendo o motorista causador do acidente acusado pelo Vereador Jorgemel Vieira de Aguiar. Continuando abordou a questão das plantas e licenças de construções, dizendo que dentro em breve seria sanado esse problema e, pedia ao Senhor Prefeito que enviasse uma relação dos menrealistas nomeiados. Terminando voltou a falar sobre o caso da Associação Comercial e de Alvará de Licença de Localização, que disse haver um jogo politico, mas quem lidera a comissão não é as grandes firmas, mais sim as pequenas firmas, e que a Companhia Nacional de Alcalis pagaria amanhã os seus impostos e não via razão para tanto pois, as firmas que pagaram mais pagaram, R\$ 100, citando a firma Wilson Jotha, que se pos favorável a cobrança. Não havendo mais oradores

dores insuflidos, o Senhor Presidente passou a Ordem do Dia, que consistiu de aprovação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Para encaminhar a votação, usou a palavra o Vereador Jorgemel Vieira de Aguiar, citando o nome de vários, e passou a ler o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, e continuou lendo artigos e Lei que facultam o direito de defesa, e solicitou a Bancada da Frente que votasse contra ao parecer. Para encaminhar a votação fez uso da palavra o Vereador Walter Soares Cardoso, que de início disse da habilidade do Vereador Jorgemel Vieira de Aguiar, e pediu desculpa a plateia, quando citou o Regimento da Casa e a Lei Orgânica das Municipalidades. Prossequindo argumentava a crise que passou quando da aprovação do Código Tributário e, taxou de Politicagem a apresentação dos oitenta requerimentos, dizendo que eles haviam custado uma importância vultosa, e dava testemunha do que dizia. Para encaminhar a votação, fez uso da palavra o Vereador Otíme Cardoso dos Santos, dizendo que o Vereador Jorgemel Vieira de Aguiar, quando da votação do Código Tributário, havia sido aprovado da noite para o dia, e a matéria ora em discussão, estava sendo estudada, e ele orador, respeitava sua palavra quando citou os nomes das firmas que não coadunam com a Associação Comercial. Terminando disse ser homem de decisões e que votaria pela aprovação do Decreto. Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, o Senhor Presidente fez em votação a matéria, sendo aprovada por seis votos contra a cinco. Para as seguintes comunicações, fizeram uso da palavra os Senhores Vereadores Expiação Timmentá e Jorgemel Vieira de Aguiar. Em votação o ante-projeto de deliberação que autoriza a compra de uma viatura para a Câmara e via uma vaga de Motorista, foi a matéria aprovada em segunda discussão. Submetidos em votação os ante-projetos que regula as doações de terrenos e revertsam ao Patrimônio Municipal, pediu a palavra o Vereador Walter Soares Cardoso, passando a ler o conteúdo do projeto, quando apresentou "emenda". Para encaminhar a votação falou o Vereador Jorgemel Vieira de Aguiar, lendo o texto do ante-projeto e se pondo contra a emenda. Nesta em votação a matéria, foi aprovada. Em votação os ante-projetos que acompanham as Mensagens números 5, 6 e 7 do Poder Executivo, foram todas aprovadas em Redação Final. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a Sessão, e marcou uma outra para o dia doze do corrente, do que para constar mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida e submetida a votos, será aprovada na forma legal.

José Joaquim Pereira
Walter Soares Cardoso

Ata da 4ª Sessão extraordinária da Câmara Municipal de Cabo-Bruço realizada no dia 12 de abril de 1967.

Nos doze dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e sete, presente os Senhores Vereadores Luiz Joaquim Correia, Manoel José de Barvalho, Antonio de Souza Teixeira, Otíme Cardoso dos Santos, Esmendes Vestes de Souza, Ber